

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Juíza autoriza reintegração de posse de todos os colégios ocupados em Curitiba

Decisão relaciona 43 escolas e o Colégio Estadual do Paraná, que teve a reintegração de posse suspensa na semana passada

Antoniele Luciano

Especial para a Gazeta do Povo

● A Justiça determinou na tarde de ontem a reintegração de posse de todos os colégios ocupados por estudantes em Curitiba. A decisão, proferida pela juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, da 5.ª Vara da Fazenda Pública, veio depois que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) entrou com pedido, na última terça-feira, para que o efeito da liminar que autorizou a reintegração de 23 escolas da capital fosse estendido às demais instituições tomadas pelos alunos no município.

O documento relaciona 43 escolas e mais o Colégio Estadual do Paraná (CEP), que teve a reintegração de posse suspensa na semana passada, em comum acordo com o governo estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública e Ministério Público.

Segundo a magistrada, não só a situação de risco persiste nos colégios, como os "requisitos da liminar anteriormente deferida". "Razão pela qual autorizo o cumprimento do mandado, em todos os seus efeitos e determinações, inclusive no que tange a multa pessoal diária estabelecida em caso de descumprimento", afirmou a juíza, no documento.

De acordo com a advogada Tânia Madarino, do coletivo Advogadas e Advogados pela Democracia, os estudantes foram informados há pouco sobre a decisão autorizada pela Justiça. A orientação é que sempre cumpram as decisões judiciais e que, em caso de atos de resistência, pais ou responsáveis sejam consultados previamente.

Os colégios ainda devem receber os mandados de reintegração através de oficiais de justiça.

ESCOLAS OCUPADAS

- CE do Paraná.
- CE Alcyone Moraes de Castro
- CE Alfredo Parodi
- CE Algacyr Munhoz Maeder
- CE Anibal Khury
- CE Barão do Rio Branco
- CE Conselheiro Carrão
- CE Deputado Olívio Belich
- CE Dr. Xavier da Silva
- CE Emilio de Menezes
- CE Euzébio da Mota
- CE Guilherme Pereira Neto
- CE Hildebrando de Araújo
- CE Instituto de Educação Erasmo Pilotto
- CE João Bettega
- CE João Paulo II
- CE João Turin
- CE José Guimarães
- CE Julia Wanderley
- CE La Salle
- CE Lamenha Lins
- CE Leôncio Correia
- CE Loureiro Fernandes
- CE Lysimaco Ferreira da Costa
- CE Maria Gai Grendel
- CE Milton Carneiro
- CE Monteiro Lobato
- CE Natália Reginato
- CE Nirlei Medeiros
- CE Papa João Paulo I
- CE Pedro Macedo
- CE Pio Lanteri
- CE Prof Elycio Vianna
- CE Prof João Loyola
- CE Prof Nilo Brandão
- CE Prof. Julio Mesquita
- CE Roberto Langer Junior
- CE Santo Agostinho
- CE Santos Dumont
- CE São Paulo Apóstolo
- CE Senhorinha de Moraes Sarmiento
- CE Teotônio Vilela
- Instituto de Educação do Paraná
- CE Victor do Amaral

“O ensino médio tem virado simplesmente uma preparação para o Enem. Quando a gente olha para esse quadro todo, a gente pensa na emergência e na urgência de mudanças.”

Rosseli Soares da Silva,
secretário de Educação Básica
do Ministério da Educação.

CONTINUA

MP do ensino médio não deve virar "projeto"

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● O movimento na Câmara dos Deputados para tentar transformar em "projeto de lei" a Medida Provisória (MP) 746, que reforma o ensino médio, não deve ganhar corpo na Casa. A ideia, que surge na esteira dos protestos dos estudantes contra a MP, é capitaneada por um grupo de parlamentares da oposição, que tenta costurar um acordo com a base aliada de Michel Temer. A reportagem apurou, contudo, que o Planalto permanece resistente a qualquer alteração na MP.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em conversa com parlamentares da oposição, chegou a sinalizar que estaria aberto ao diálogo, mas não se comprometeu a suspender o trâmite da MP no Congresso Nacional.

Uma Medida Provisória, que é um ato normativo de iniciativa exclusiva do presidente da República, tem força de lei, mas depende do aval do Congresso Nacional para continuar em vigor. No Legislativo já foi criada uma comissão mista (formada por deputados federais e senadores) para analisar e dar um parecer sobre o mérito da MP. Em seguida, o parecer segue para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Segundo Maia, o trâmite da MP do ensino médio segue normalmente. A primeira audiência pública realizada pela comissão mista para debater a MP ocorreu na última terça-feira (01). A expectativa da base aliada é concluir toda a discussão até fevereiro de 2017.

"O ensino médio tem virado simplesmente uma preparação para o Enem. Quando a

gente olha para esse quadro todo, a gente pensa na emergência e na urgência de mudanças", afirmou o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Rossieli Soares da Silva, durante a audiência pública.

Já o representante do Fórum Nacional de Educação, Antônio Lacerda, que também participou da audiência pública, defendeu a retirada da MP. "Nossa posição é que a discussão seja encaminhada em outros termos e instrumentos, inclusive no Congresso Nacional, também pressionado e desrespeitado pelo açamento do governo federal, que não se propôs a garantir nem tempo, nem espaço, nem participação da sociedade civil para o debate qualificado e responsável", reclamou ele.

Já o Planalto, até aqui, tem insistido que o conteúdo da MP já estava há anos em discussão, daí a opção por não enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional. Para a oposição, o projeto de lei ampliaria a discussão e daria legitimidade às mudanças.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Justiça nega pedido de liminar e mantém Enem no fim de semana

Ministério Público Federal havia solicitado a suspensão do exame para todos os candidatos e não apenas para os 190 mil que fariam a prova em escolas ocupadas

● A Justiça Federal no Ceará indeferiu o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para suspender a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em todo o país. Com a decisão, a prova fica mantida neste sábado (5) e domingo (6) para a maioria dos candidatos. Para cerca de 190 mil candidatos que fazem o teste em escolas ocupadas, o exame será aplicado nos dias 3 e 4 de dezembro. Destes, 41.168 estão no Paraná.

O procurador da República no Ceará Oscar Costa Filho, autor do pedido de suspensão, argumentava que o adiamento da prova para alguns candidatos feria o princípio da isonomia. Ao negar a liminar, a juíza federal Elise Avesque Frota afirmou que, “apesar da diversidade de temas que inafastavelmente ocorrerá com a aplicação de provas de redação distintas, verifica-se que a garantia da isonomia decorre dos critérios de correção previamente estabelecidos, em que há ênfase na avaliação do domínio da língua e de outras competências que não têm ‘o tema’ como ponto central.”

Horas antes da decisão da juíza, o Ministério da Educação (MEC) havia reforçado, por meio de vídeo publicado em sua página do Facebook, que o adiamento da prova ocorrerá apenas para os alunos que iriam fazer o exame em escolas que estão ocupadas. A mudança custará R\$ 12 milhões, segundo o MEC.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), todos os anos já são aplicados dois tipos de provas e redações, portanto, o adiamento parcial não fere o princípio da isonomia. “As provas do Enem têm o mesmo princípio da equivalência garantindo igualdade de condições a todos os inscritos”, informou a entidade.

O procurador Costa Filho disse que vai recorrer da decisão e insistir na suspensão da validade da nota da redação até que seja julgado o mérito da questão. O procurador vai propor essa alternativa à Justiça por meio de recurso hoje.

Mais adiamentos

Apesar da manifestação judicial favorável, o Enem pode ser adiado para mais estudantes.

O Inep vai divulgar hoje uma lista atualizada com os locais onde o exame será adiado. Na última terça-feira, o Inep divulgou uma primeira lista com 304 locais de prova ocupados — 74 no Paraná.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

INTERINA: BIA MORAES



Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, que atuava como procurador do Ministério Público, acaba de tomar posse como desembargador do Tribunal de Justiça. A posse foi comemorada pelo novo desembargador ao lado da mulher, Judkarla Ribeiro da Fonseca.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Maioria no STF vota por proibir réus na linha de sucessão da Presidência

Pedido de vista do ministro Dias Toffoli adia sentença, que ameaça permanência de Renan Calheiros na direção do Senado

BRASÍLIA
Das agências

● A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou a favor do entendimento de que réus com processos na Corte não podem fazer parte da linha sucessória da Presidência da República. O julgamento, no entanto, foi adiado em virtude de um pedido de vista do

ministro Dias Toffoli. Na sessão de ontem, seis ministros votaram por atender a ação proposta pela Rede Sustentabilidade. O caso foi levado ao Supremo antes de o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha ser afastado pelo STF.

A decisão pode afetar a permanência de Renan Calheiros (PMDB-AL) na presidência do Senado, embora ele tenha apenas mais três meses de gestão e não pretenda disputar um novo mandato. Na prática, o adiamento poupa o senador do desgaste de ser forçado a deixar o cargo. O peemedebista é investigado em pelo menos 11 ações no STF, mas, por enquanto, não é réu em nenhuma delas.

Pela Constituição, a linha

sucessória no caso de o presidente da República se ausentar do país ou ser afastado respeita a seguinte ordem: o vice-presidente da República, o presidente da Câmara, o presidente do Senado e o presidente do STF.

Dois dos 11 ministros se ausentaram do julgamento em razão de viagem: Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Quando o julgamento for retomado, no entanto, eles poderão se manifestar. O ministro Luís Roberto Barroso se declarou impedido de participar do julgamento porque já foi sócio do escritório de advocacia que subscreve a ação.

Após o pedido de vista, Toffoli não tem prazo para devolver o processo ao plenário.

NOTA DE RENAN 6 VOTOS PRÓ

Em nota, Renan Calheiros negou que seria afetado pela decisão do STF. "O presidente do Senado não é réu em qualquer processo judicial e, portanto, não está afetado pela manifestação dos ministros do STF, ainda inconclusa. O presidente responde a inquéritos e reitera que todos são por ouvir dizer ou interpretações de delatores. Lembra ainda que todos serão arquivados por absoluta ausência de provas", diz o texto.

Seis dos oito ministros que participaram da votação manifestaram os seus votos. O relator, Marco Aurélio Mello, votou a favor da ação da Rede. Acompanharam o voto Edson Fachin, Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux e Celso de Mello — este último adiantou o voto mesmo após o pedido de vista. De todos os presentes, além de Toffoli, a única que não manifestou voto foi a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

GAZETA DO POVO

ALEXANDRE SALOMÃO

04 NOV 2016

O abuso de autoridade e o processo penal

O Projeto de Lei 280/2016, que discute novas definições sobre crimes de abuso de autoridade, vem sendo objeto de um acalorado debate durante os últimos meses. O debate é importante e deve ser observado de forma parcimoniosa, uma vez que o seu conteúdo é importante para preservação de muitas das garantias trazidas por nossa Constituição Federal. O projeto em muito amplia o alcance da Lei 4.898/65, a atual lei de abuso de autoridade, que caminha em descompasso com a Constituição de 1988.

O atual protagonismo do Poder Judiciário acaba por trazer maior destaque ao tema. A discussão favorece o sistema de Justiça criminal, uma vez que o eficaz combate à prática de atos abusivos acabará por contribuir para a construção de um processo penal mais democrático e orientado pelo respeito às garantias constitucionais tanto das autoridades quanto dos cidadãos. A essência de um projeto de lei dessa natureza deve ser a defesa do cidadão contra abusos promovidos em nome do Estado. Para aqueles que exercem suas funções públicas com serenidade e o cuidado necessário, a aprovação do projeto de lei, mesmo com a redação que hoje se observa, pouco influenciará em suas práticas cotidianas.

A ação penal prevista no projeto é pública condicionada à representação do ofendido. Somente em casos excepcionais é que a ação penal é pública incondicionada, o que, entendendo-se a dinâmica dos abusos do poder estatal, mereceria um melhor exame.

O abuso de autoridade no projeto é entendido como um ato doloso que venha a ofender um direito assegurado ao cidadão. O projeto contempla 30 tipos penais que preveem condutas cuja ilegalidade, em sua maioria, o cidadão médio não teria qualquer dificuldade em reconhecer. Grande parte das condutas já encontra similar descrição em outras leis.

Ameaças, exposições à execração pública, constrangimentos, uso de meios ilegais para obtenção de provas, utilização e a divulgação de provas ilícitas, impedimentos ao acesso de autos de investigação, obstáculos ao exercício da defesa e utilização indiscriminada de algemas estão entre elas. A criminalização do uso de meios ilegais, artificiosos ou truculentos, é a tônica do projeto.

No projeto em discussão, algumas condutas acabam por ter tratamento penal mais brando com a autoridade estatal do que para com o cidadão comum. Um exemplo é o artigo 27, que prevê a requisição de instauração de procedimento investigatório sem a demonstração da prática de algum crime, conduta que bem se amolda ao tipo penal alusivo a denúncia caluniosa (artigo 339 do Código Penal) que tem a pena prevista no dobro da apresentada no projeto.

Outra questão relevante a ser debatida é a indevida similitude entre o constrangimento mediante violência ou grave ameaça, relatado no artigo 11 do projeto, e o crime de tortura tipificado no artigo 1.º da Lei 9.455/97.

Apesar de não haver crime de abuso de autoridade culposo, é importante serem debatidos os muitos tipos penais demasiadamente vagos que se encontram presentes no projeto.

Embora vivamos um conturbado momento político, a discussão sobre o abuso de autoridade é um reclame social antigo. Um amplo debate sobre a questão é necessário, pois infelizmente não é raro observarmos a prática de condutas ilegais e absolutamente inaceitáveis por parte de autoridades públicas sem que se tenha resposta administrativa ou judicial satisfatória.

Alexandre Salomão é advogado criminalista.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Bertoldi assume vaga na Câmara Federal cinco dias após sair da cadeia

● Cinco dias após sair da cadeia, o suplente de deputado federal Osmar Bertoldi (DEM-PR) assumiu na última terça-feira a vaga deixada pelo ministro da Saúde Ricardo Barros (PP) na Câmara. Bertoldi foi preso em fevereiro deste ano após ser acusado de violentar a ex-noiva e depois descumprir decisão judicial de permanecer afastado dela. Ele foi solto no último dia 27 por falta de provas. O deputado era acusado de estuprar a ex-noiva mais de uma vez, além de tê-la mantido por cinco dias em cárcere privado. Ainda pesavam contra ele denúncias de lesão corporal, injúria, constrangimento ilegal e ameaças por palavras. Em setembro, Bertoldi já havia sido considerado inocente dos crimes de violação de domicílio, coação durante o processo e desobediência da decisão judicial. Apesar de ter sido inocentado em duas ações, Bertoldi é réu confesso em outro processo por agredir a ex-noiva.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Ex-ministro Antonio Palocci vira réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Juiz Sergio Moro aceita denúncia contra o petista e mais 14 acusados de beneficiar a Odebrecht em contratos do governo

SÃO PAULO
Estadão Conteúdo

• O juiz federal Sergio Moro aceitou a denúncia contra o ex-ministro Antonio Palocci, tornando-o réu na Lava Jato pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Também são acusados Branislav Kontic, ex-assessor de Palocci, o empreiteiro Marcelo Odebrecht e outros 12 investigados. Eles são investigados por corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, relacionadas à obtenção, pela Odebrecht, de contratos de afretamento de sondas do pré-sal com a Petrobras.

Com a decisão, mais um dos principais ex-ministros dos governos Lula e Dilma

passa a ser réu no Petrolão. José Dirceu, ex-titular da Casa Civil no primeiro mandato de Lula, já foi sentenciado por Moro a 20 anos e dez meses de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa no esquema de corrupção revelado pela operação.

Palocci, por sua vez, foi preso na Operação Omertà, 35.ª fase da Lava Jato, em 26 de setembro. Para a força-tarefa, o codinome "Italiano" em planilhas de propina da Odebrecht é referência a o ex-ministro.

Ao aceitar a denúncia, Moro afirmou que "há razões fundadas para identificar Antônio Palocci Filho como a pessoa identificada pelo codinome 'Italiano' no Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht", que ficou conhecido como "departamento da propina".

Interferência

Nesta ação, a Lava Jato aponta que Palocci teria interferido em favor da Odebrecht

na licitação que definiu as contratações dos estaleiros para produzir as sondas do pré-sal pela Sete Brasil e também que seria o responsável por orientar pagamentos da Odebrecht no exterior ao casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura, que atuavam para o PT.

Em relação às sondas do pré-sal, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia, pertencente à Odebrecht, não saiu vencedor na primeira licitação, feita pela Petrobras em 2010. Posteriormente, segundo a Lava Jato, Palocci teria interferido para moldar a forma de contratação de um outro edital de sondas de forma a favorecer a Odebrecht e garantir a margem de lucro pretendida pela empreiteira.

Nesta segunda licitação, o estaleiro acabou ficando com seis sondas. Segundo a Lava Jato, teriam sido pagas propinas da ordem de R\$ 252,5 milhões a executivos da Petrobras e da Sete Brasil. Parte do dinheiro (R\$ 128 milhões) teria sido destinado ao PT.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 NOV 2016

AÇÃO PENAL

Entenda porque o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil nos governos Lula e Dilma Rousseff Antonio Palocci se tornou réu na Lava Jato:

A acusação

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), há evidências de que Antônio Palocci recebeu propina para atuar em favor da empreiteira Odebrecht, entre 2006 e o final de 2013, interferindo em decisões tomadas pelo governo federal.

Cerca de
R\$ 128 milhões

teriam sido pagos ao PT e seus agentes, incluindo Palocci

Os réus

Ao todo, 15 pessoas estão incluídas na denúncia aceita pelo juiz Sergio Moro.



Corrupção passiva e lavagem de dinheiro

- Antonio Palocci
- Branislav Kontic



Corrupção ativa e lavagem de dinheiro

- Marcelo Odebrecht



Corrupção passiva

- João Vaccari Neto
- João Ferraz
- Eduardo Musa
- Renato Duque

Lavagem de dinheiro e corrupção passiva

- Monica Moura
- João Santana

Lavagem de dinheiro

- Fernando Migliaccio da Silva
- Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho
- Luiz Eduardo da Rocha
- Olivio Rodrigues Junior
- Marcelo Rodrigues

Corrupção ativa

- Rogério Santos de Araújo

OUTROLADO

Para defesa, denúncia é 'inverossímil'

● O criminalista José Roberto Batochio, que defende o ex-ministro Antonio Palocci e o ex-assessor Branislav Kontic, disse que a acusação contra seus clientes se baseia em uma planilha apreendida "sem assinatura". "Então a denúncia, a despeito da sua dimensão amazônica, oceânica, ela usa milhares de palavras para dizer nada. A única coisa que diz é que 'encontramos uma planilha' sem assinatura, pode ser de qualquer pessoa. Ali são alçadas cifras, elas seriam despesas da Odebrecht, porque foi apreendida no escritório, então quem é o italiano?", afirmou o advogado. Para Batochio, "italiano" é um "apelido em busca de um personagem". Para ele, a acusação é uma tentativa de criminalizar o ex-ministro "de qualquer modo". "Você acha crível, verossímil, que R\$ 128 milhões possam ter transitado sem deixar nenhuma marca? O 'italiano' manuseia esse dinheiro? Pagou como? Onde? De que forma?", afirmou.

A investigação

Palocci foi preso na Operação Omertà, 35ª fase da Lava Jato, em 26 de setembro.

Nome da operação

Para a força-tarefa, o codinome "Italiano" em planilhas de propina da Odebrecht é referência ao ex-ministro.

Origem

As suspeitas sobre Palocci surgiram pela primeira vez na delação do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO



LIVRE E SEM TORNOZELEIRA

Primeiro delator da Lava Jato, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa retirou a tornozeleira eletrônica ontem, em Curitiba. Ele passará a cumprir quatro horas de serviços comunitários e, por determinação do juiz Sergio Moro, deve apresentar relatório trimestral de atividades. Costa foi preso em março de 2014 e passou cerca de cinco meses preso. Com o acordo de delação, ele foi libertado e passou a cumprir prisão domiciliar por um ano, com tornozeleira eletrônica. Em outubro do ano passado, progrediu para o regime semiaberto, ainda com a tornozeleira.

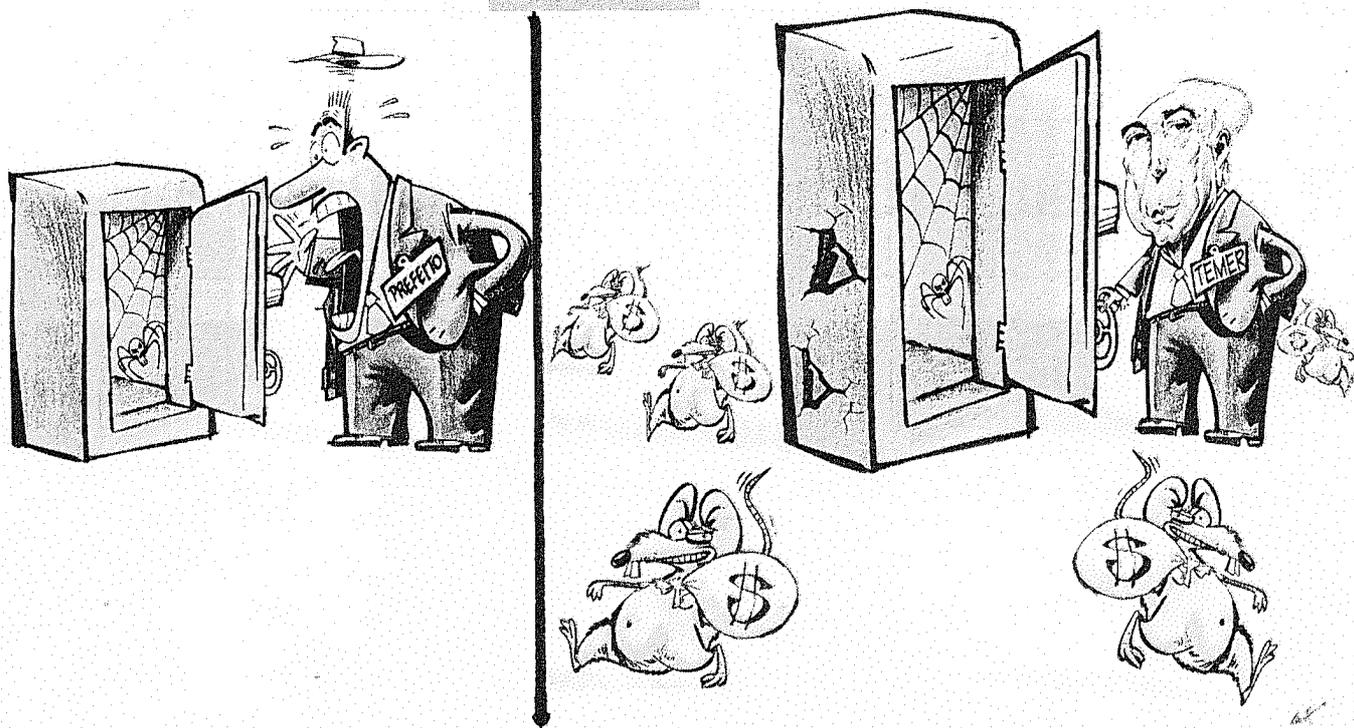
PAGOU A FIANÇA E SAIU DA PRISÃO

Preso no último dia 27 no aeroporto de Guarulhos (SP) prestes a deixar o país, o executivo Mariano Marcondes Ferraz aceitou pagar fiança de R\$ 3 milhões para deixar a prisão e cumprir medidas alternativas enquanto é investigado por suspeita de pagar propinas no esquema de corrupção na Petrobras.

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

MPF denuncia 15 paranaenses por viagens

No total, 443 ex-parlamentares foram denunciados pelo que ficou conhecido como “farra das passagens”

BRASÍLIA E CURITIBA
Catarina Scortecci,
correspondente, e Kelli
Kadanus

● A Procuradoria Regional da República da 1.ª Região denunciou, na sexta-feira (28), 443 ex-parlamentares por envolvimento no caso que ficou conhecido como “farra das passagens aéreas”. A informação foi divulgada na quarta-feira (2) pelo site Congresso em Foco. Foram apresentadas, no total, 52 denúncias.

A acusação, segundo o site, é de peculato, já que eles teriam utilizado indevidamente a cota de passagens aéreas do Legislativo. A pena prevista para o crime de peculato va-

ria de dois a 12 anos. Em caso de condenação, os denunciados ainda podem perder os cargos públicos.

A reportagem não teve acesso à denúncia e, por isso, não foi possível conhecer os casos de forma individualizada. Procurada, a Procuradoria confirmou a lista de políticos denunciados, mas informou que a íntegra das 52 denúncias só será liberada depois da manifestação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1), que pode acolher ou rejeitar a peça do Ministério Público Federal (MPF).

De acordo com o Congresso em Foco, foram examinados 160 mil bilhetes pagos pelo Legislativo aos parlamentares entre 2007 e 2009 às companhias aéreas Gol e TAM. Tais gastos chegaram a R\$ 70 milhões, em valores da época.

A denúncia é consequência de uma série de reportagens feita pelo site, em 2009. O material revelou que centenas de parlamentares passeavam pe-

lo Brasil e pelo exterior com dinheiro público ou cediam suas cotas de bilhetes aéreos para terceiros, como parentes, amigos, aliados e cabos eleitorais.

Paranaenses

Entre os ex-parlamentares denunciados há 15 políticos do Paraná. Entre eles estão o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT); o prefeito de São José dos Pinhais, Luiz Carlos Setim (DEM); o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, Ratinho Júnior (PSD); e Reinhold Stephanes (PSD).

Aparecem também o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto, o ex-deputado federal pelo PT André Vargas (hoje preso na Lava Jato), o ex-presidente do DEM no Paraná Abelardo Lupion, e o ex-ministro Alcei Guerra. Também figuram na lista os seguintes nomes: Airton Roveda, André Zacharow, Ângelo Vanhoni, Dr. Rosinha, Iris Xavier Simões, Luciano Pizzatto e Odílio Balbinotti.

CONTINUA

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

O que dizem os paranaenses citados na denúncia:

Gustavo Fruet (PDT)

Por meio de sua assessoria, afirmou que tem todas as viagens realizadas documentadas e que durante o mandato chegou a devolver aos cofres públicos cerca de R\$ 700 mil em verbas de representação, destinadas à compra de passagens.

Ângelo Vanhoni (PT)

Disse não saber do que se trata a denúncia. "Não sei qual a participação do meu controle de passagens nesse processo. Primeiro preciso saber do que se trata."

Dr. Rosinha (PT)

"Só vi meu nome na lista e nunca me foi perguntado nada. Vou me manifestar quando tiver conhecimento do que se trata. Nunca fui chamado a explicar absolutamente nada. Eu sempre segui todas as regras da Câmara."

Luiz Carlos Setim (DEM)

Em nota, afirmou que praticamente a totalidade dos deputados daquele período foi envolvida na denúncia e que ainda não foi notificado. "Esclarece que na época em que desempenhou seu mandato legislativo utilizou as passagens aéreas corporativas dentro dos critérios estabelecidos pela Câmara Federal."

Ratinho Júnior (PSD)

Disse que não pode se manifestar sobre o assunto, pois não tem conhecimento do teor das acusações que pesam contra ele.

André Vargas (sem partido)

A advogada dele não foi localizada para comentar a denúncia.

**Reinhold Stephanes, Barbosa Neto, Alcení Guerra e André Zacharow não atenderam à reportagem. Abelardo Lupion, Airton Roveda, Iris Xavier Simões, Luciano Pizzatto e Odílio Balbinotti não foram localizados.*

GAZETA DO POVO

O brasileiro e os bandidos

04 NOV 2016

A décima edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgada nesta quinta-feira, mostrou que cresceu a concordância da população com a afirmação “bandido bom é bandido morto”. Agora, segundo pesquisa Datafolha, são 57% os que concordam com a frase, contra 50% em mesma pesquisa feita no ano passado — com uma diferença significativa: enquanto em 2015 o levantamento foi feito apenas em cidades com mais de 100 mil habitantes, a pesquisa deste ano foi mais abrangente, e é justamente nas cidades menores que mais cresce o apoio a essa afirmação. Outros recortes mostram que há mais concordância com a frase entre os homens (60%), os que têm nível de ensino fundamental (62%), brasileiros acima de 60 anos (61%) e moradores das regiões Norte e Sul do país (61%).

O que esses dados significam? Em vez do povo cordato, simpático e feliz retratado mundo afora, seria o brasileiro um sádico vingativo, um primitivo defensor da aplicação do “olho por olho” contra os criminosos? Ou a afirmação reflete, no fundo, um grito de socorro contra toda uma política de segurança que não lhe garante o direito de sair de casa sem medo de se tornar mais uma vítima?

Em geral, o brasileiro se vê desamparado diante da violência urbana pois há várias camadas em que a impunidade pode acabar prevalecendo. Quando há o crime, nem sempre a polícia o investiga; quando investiga o crime, nem sempre o soluciona; quando o soluciona, nem sempre o culpado é preso; quando é preso, nem sempre ele é julgado pela Justiça; quando o culpado se torna réu, nem sempre é condenado; e, por fim, quando é condenado, o bandido nem sempre cumpre a totalidade da pena: fica pouco tempo na cadeia ou ordena crimes de dentro da própria unidade prisional. Em 2013,

a *Gazeta do Povo* publicou a série de reportagens “Crime sem Castigo”, mostrando que 77% dos homicídios cometidos em Curitiba entre 2004 e 2013 estavam sem solução e que só houve condenação judicial dos responsáveis por 4% desses crimes. Se a impunidade é a regra nos casos de homicídio, o que dizer do roubo, do furto, do sequestro-relâmpago? Não é à toa que muitos dizem nem se preocupar em reportar certos crimes à polícia por saber que a chance de o criminoso ser pego é ínfima.

É nesse ambiente, em que 85% dos entrevistados dizem ter medo de ser vítima de criminosos (e 76% têm medo de morrer assassinados) e apenas metade da população acredita na eficiência das polícias Civil e Militar, que aflora a noção de que a solução para a criminalidade está ou em penas mais severas ou em atitudes que ficam à margem do aparato legal — a pesquisa não detalha se, para os entrevistados, o “bandido morto” deve sê-lo pela via institucional, com a adoção da pena de morte, ou por meio de execuções extrajudiciais. A barbárie desta última solução é evidente, mas também o endurecimento das penas pouco fará pela população se os índices de solução de crimes continuarem nos patamares medíocres de hoje.

CONTINUA

04 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O que o brasileiro deseja, no fundo, é o fim da impunidade que permite a um bandido seguir aterrorizando a população — é a desconfiança nas instituições que leva a população a crer que só a eliminação física do criminoso resolve o problema. Nada mais enganoso. Como já alertou, no século 18, o italiano Cesare Beccaria no seu clássico *Dos delitos e das penas*, “a perspectiva de um castigo moderado, mas inevitável, causará sempre uma impressão mais forte do que o vago temor de um suplício terrível, em relação ao qual se apresenta alguma esperança de impunidade” — em outras palavras, o que freia o bandido não é a severidade da pena, mas a certeza da punição. E esta só virá com a melhoria das polícias (apenas 29% dos entrevistados pelo Datafolha consideram que elas têm boas condições de trabalho), celeridade na Justiça e um Código Penal que estabeleça a proporcionalidade entre crimes e punições. Em um país onde as forças de segurança solucionam crimes, o Judiciário pune corretamente e o sistema prisional funciona a contento, sobra pouco espaço para o “bandido bom é bandido morto”.

04 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Bertoldi

assume vaga de deputado cinco dias após sair da cadeia



Osmar Bertoldi (DEM-PR) foi preso em fevereiro acusado de violentar a ex-noiva e depois descumprir decisão judicial de permanecer afastado dela

Julia Lindner

Agência Estado

Brasília - Cinco dias após sair da cadeia, o suplente de deputado federal Osmar Bertoldi (DEM-PR) assumiu na terça-feira (1), a vaga deixada pelo ministro da Saúde Ricardo Barros (PP) na Câmara. Bertoldi foi preso em fevereiro deste ano após ser acusado de violentar a ex-noiva e depois descumprir decisão judicial de permanecer afastado dela. Ele foi solto no último dia 27 por falta de provas. O deputado era acusado de estuprar a ex-noiva mais de uma vez, além de tê-la mantido por cinco dias em cárcere privado. Ainda pesavam contra ele denúncias de lesão corporal, injúria, constrangimento ilegal e ameaças por palavras.

Em setembro, Bertoldi já havia sido considerado inocente dos crimes de violação de domicílio, coação durante o processo e desobediência da decisão judicial. Apesar de ter sido inocentado em duas

ações, Bertoldi é réu confesso em outro processo por agredir a ex-noiva.

Como ele ficou preso oito meses preventivamente na cidade de Pinhais, no Paraná, a Justiça do Estado considerou que ele já cumpriu a pena. Segundo o advogado de defesa de Bertoldi, ele assumiu o crime porque "não teve o ânimo de lesionar a ex-noiva e a agrediu em legítima defesa".

A ex-noiva de Bertoldi, Tatiana Bittencourt, publicou uma nota no Facebook um dia após a soltura afirmando que vai recorrer da decisão. Ela também vai pedir medidas protetivas para ela e também para os filhos. "Infelizmente, só é considerada vítima a mulher que apresenta severas lesões, ou aquelas que acabam morrendo por esta covarde conduta violenta. Ainda há uma cultura tolerante com essa violência se ela não for tão extrema", declarou.

O advogado de Bertoldi,

Claudio Dalledone, chamou Tatiana de "criminosa". Ele acusa a ex-noiva do seu cliente de ter se baseado em mentiras a fim de ascender politicamente e socialmente. "Ela (Tatiana) vai ser processada por denúncia caluniosa e extorsão", afirmou Dalledone.

04 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz Moro aceita denúncia e Palocci vira réu na Lava Jato

Curitiba - O juiz Sérgio Moro aceitou, nessa quinta-feira (3), a denúncia contra o ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci Filho, que vira réu na Operação Lava Jato, sob acusação de corrupção. O ex-ministro, preso preventivamente em Curitiba, é acusado de receber propina do grupo Odebrecht a fim de defender os interesses da empresa. Segundo a investigação, ele teria solicitado e coordenado o pagamento de R\$ 128 milhões em propina pela Odebrecht, apontam planilhas apreendidas pela PF e intituladas "Posição Programa Especial Italiano" - alcunha atribuída a Palocci. Palocci é acusado de favorecer a empreiteira na aprovação de benefícios fiscais pelo governo e de interferir numa licitação do pré-sal da Petrobras em favor da Odebrecht, entre outros fatos. Além dele, também viraram réus o empresário Marcelo Odebrecht, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o casal de publicitários João Santana e Mônica Moura e outras dez pessoas. A reportagem fez contato com a defesa de Palocci, mas não obteve retorno. Em nota na semana passada, sua assessoria informou que a denúncia

"veicula mais uma deplorável injustiça" e "não tem o menor apoio nos fatos". "Palocci não é, nunca foi e jamais será o Italiano", disseram os advogados. A defesa de Vaccari afirmou que a denúncia é "absolutamente imprópria e se baseia exclusivamente em palavra de delator" e que "não existem provas". A defesa de João Santana disse que "a pressa em produzir denúncias a toque de caixa tem levado a absurdos como este". Marcelo Odebrecht e outros ex-funcionários do grupo não estão se pronunciando porque negociam um acordo de delação premiada.

04 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Livre da tornozeleira

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa tirou, na Justiça Federal, no Paraná, a tornozeleira eletrônica na tarde dessa quinta-feira (3).

Um dos primeiros delatores da Operação Lava Jato, Costa cumpria pena sob monitoramento da tornozeleira. A partir de agora, o delator terá de cumprir cinco medidas: prestar serviços à comunidade, à razão de 4 horas semanais, em local a ser determinado pelo Juízo da Comarca de sua residência (Juízo Federal se houver), computando-se os três anos a partir do início efetivo, proibição de viajar ao exterior, salvo com autorização da Justiça, proibição de mudar-se sem comunicar previamente à Justiça, proibição de ausentar-se da Comarca de seu domicílio por mais de 15 dias sem comunicar e sem ser autorizado da Justiça e apresentar trimestralmente relatório de suas atividades profissionais.

04 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça nega pedido para adiar Enem

Mariana Tokarnia
Agência Brasil

Brasília - A Justiça Federal no Ceará indeferiu o pedido do procurador da República, Oscar Costa Filho, do Ministério Público Federal (MPF) no Ceará, de adiar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os candidatos do País. Com a decisão da Justiça, a prova está mantida para este final de semana (5 e 6 de novembro). O procurador pediu o adiamento do exame para todos os candidatos após o Ministério da Educação (MEC) adiar a prova de cerca de 191 mil candidatos que fariam o exame em escolas, universidades e institutos federais ocupados por estudantes em protesto a medidas do governo federal. O exame para esses candidatos foi adiado para os dias 3 e 4 de dezembro.

O procurador argumentou que há prejuízo à isonomia do exame, uma vez que seriam aplicadas provas e temas de redação diferentes para aqueles que forem fazer a prova apenas em dezembro. A Justiça, no entanto, entendeu que, “apesar da diversidade de temas que inafastavelmente ocorrerá com a aplicação de provas de redação distintas, verifica-se que a garantia da isonomia

decorre dos critérios de correção previamente estabelecidos, em que há ênfase na avaliação do domínio da língua e de outras competências que não têm ‘o tema’ como ponto central”.

O MPF chegou a pedir, como alternativa, que a prova seja mantida, mas que não seja válida a prova de redação até “o julgamento de mérito da demanda, assegurando assim a “igualdade de partes” e a reversibilidade dos efeitos da decisão”. A alternativa seria tomar medidas para assegurar que todos os candidatos submetam-se à mesma prova de redação. O pedido alternativo foi também negado.

Em defesa da manutenção do Enem, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que o adiamento nacional custaria R\$ 776 milhões aos cofres públicos. Segundo o MEC, o adiamento de parte dos candidatos custará cerca de R\$ 12 milhões.

04 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA



- Para STF, réu não pode presidir a Câmara dos Deputados...
- Se esse for o critério de eliminação, só sobrar o Tiririca!

04 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

Moro candidato. O que será que será?

Num mundo em que só há certezas, a inteligência especulativa se torna, por óbvio, subversiva

“Lula vai ser preso?” Essa é a pergunta número um das bocas, dos becos e dos botecos. A minha resposta: “Não sei”. Outro dia arrisquei: “Com corte de gastos, reforma da Previdência e reforma trabalhista, seria preferível uma condenação em regime aberto. Não gosto de heróis presos em períodos de crise. Mas que se cumpra a lei”. A pessoa ficou brava. Não foi uma resposta adequada a esses tempos de redes sociais. Nestes dias, quem indaga quer ver apenas a própria cara refletida no “black mirror”, na tela. Ou nada de “like” pra você.

Uma segunda questão começa a ganhar corpo em versos e trovas e a sair do breu das tocas: “Sergio Moro vai ser candidato?” Com alguma frequência, deixa-se de lado o complemento nominal porque parece tão óbvio que a palavra “candidato”, nesse caso, é intransitiva! Só pode ser “à Presidência”. E eu: “Seriá melhor que não fosse”. E a cara contrariada do outro lado: “Por quê? Você imagina alguém melhor?”.

Oh mares! Oh temporais! Oh Cícero dos falsos cognatos!

O que é que se fez da dúvida nesta terra? Quem pergunta não espera ouvir uma resposta. Quer uma reiteração, uma redundância, um pleonasmo. Num mundo em que só há certezas, a inteligência especulativa se torna, por óbvio, subversiva.

Avanço um pouco. Moro já é candidato. E sacio a fome de complemento de quem não suporta a gramática da dúvida: é candidato “a

alguma coisa”. Que ele já não caiba mais no molde do juiz, disso estou certo.

Mandam-me um vídeo em que o “esposo”, Moro, lê o trecho de um discurso de Theodore Roosevelt contra a corrupção. O americano, que falava suavemente, carregava, como se sabe, um grande porrete, o imortalizado “big stick”. Encerra a gravação sem esquecer de um agradecimento: “E fica essa leitura aí para ser apresentada nessa página, que é mantida, muito gentilmente, pela minha querida esposa”.

A tal página, no Facebook, é a “Eu MORO com ele”. Traz, logo na abertura, uma foto com as palavras “DE AMOR POR VOCÊ”. No primeiro caso, um trocadilho; no segundo, uma elipse trocadilhesca: “[Moro] de amor por você”. Assim, já se sabe a quem remete o pronome “Ele”, que não mais substitui um nome, um substantivo, mas alude a um mito em fermentação.

A página da “minha [dele] gentil esposa”, para a qual “Ele” grava vídeos, faz a defesa do fim do foro especial por prerrogativa de função, chamado, sem a devida vênua jurídica, de “foro privilegiado”; reproduz a foto de uma criança de oito anos que se fantasia com os “pretos sobre preto” da vestimenta do juiz; faz militância política aberta sobre temas que estão por aí, em trânsito.

Em suma, “Eu MORO com ele”, “muito gentilmente tocada” por sua

“querida esposa”, é uma página de militância política. Inclusive contra o Supremo, para onde vai boa parte dos políticos da Lava Jato com foro especial. Sugestão evidente: “Ele” pode fazer Justiça; já aqueles do STF...

E que mal há na existência de uma página com essas características? Nenhum! Desde que “Ele” não concentrasse hoje poder de vida e morte sobre a reputação de pessoas num mercado do qual “Ele” decidiu fazer parte.

E o leitor tem todo o direito de considerar — e a minha avaliação não é muito distinta — que ninguém está na “Vara do Moro” porque andou se comportando bem no verão passado. Ocorre que a gramática da Justiça exige uma isenção incompatível com a gramática da política.

O nosso “Tirano de Siracusa” (pesquisem) já está candidato. O tempo vai dizer o que será que será.

04 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Maioria do STF quer impedir réus de assumir Presidência

Mudança pode atingir Renan, segundo na linha sucessória e alvo de ação

Após 6 ministros votarem, pedido de vista interrompeu julgamento; senador vê ausência de provas

CAMILA MATTOSO
DE BRASÍLIA

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (3) pelo entendimento de que réus com processos na corte não podem ocupar cargos na linha sucessória da Presidência da República.

O julgamento, no entanto, foi adiado porque o ministro Dias Toffoli pediu vista dos autos. Não há data para a votação ser retomada.

Pela Constituição, a linha sucessória no caso de o presidente da República se ausentar do país ou ser afastado respeita a seguinte ordem: o vice-presidente da República, o presidente da Câmara, o presidente do Senado e o presidente do Supremo.

O julgamento pode ameaçar Renan Calheiros (PMDB-AL) na presidência do Senado, embora ele tenha apenas mais três meses de mandato.

Além disso, apesar de responder a 12 inquéritos no STF, ele não é réu (há uma denúncia contra o senador que de-

pende de apreciação pelo plenário da corte).

Ainda que não atinja Renan, a decisão do STF, quando oficializada, será importante nas definições da sucessão de Câmara e Senado.

As próximas duas eleições, por exemplo, ocorrem no início de fevereiro. Se até lá o julgamento for concluído, nova variável entrará no jogo das articulações do Congresso.

Pelo menos 50 congressistas são alvos da Operação Lava Jato no Supremo.

Para a escolha dos candidatos, os partidos terão de levar esse impeditivo em consideração, além de avaliar no curto e no longo prazo quem tem chance de virar réu, mesmo que os casos estejam em fase de inquérito.

No início de setembro, o ministro Edson Fachin liberou para a pauta a denúncia em que Renan é acusado de beneficiar uma empreiteira suspeita de arcar com a pensão de uma filha que ele teve com a jornalista Mônica Velloso. Se a denúncia for acolhida pelo plenário do Supremo, ele se tornará réu.

O pedido para que o STF proíba réus de ocuparem a linha sucessória da presidência da República foi feito pela Rede, em maio deste ano.

Na ocasião, o partido queria evitar que o então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), alvo de inquéritos no tribunal, assumisse o comando do país, ainda que temporariamente.

Via assessoria, Renan destacou o fato de não ser réu em nenhum processo e “portanto, não está afetado pela manifestação dos ministros do STF, ainda inconclusa”.

“O presidente responde a inquéritos e reitera que todos são por ouvir dizer ou interpretações de delatores. O presidente lembra ainda que todos serão arquivados por absoluta ausência de provas, exatamente como foi arquivado o primeiro inquérito”, diz a nota. Renan preside o Senado desde 2013, tendo sido reeleito em 2015.

CONTINUA

04 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Até o pedido de vista de Toffoli interromper o julgamento, Luiz Fux, Rosa Weber, Edson Fachin, Teori Zavascki acompanharam voto do relator Marco Aurélio Mello, todos pela procedência da ação.

Celso de Mello pediu para adiantar a sua manifestação, mesmo com o adiamento. Ele também acompanhou os outros colegas do plenário, formando a maioria de seis votos entre os 11 ministros.

Os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski não estiveram presentes e Luis Roberto Barroso declarou no início da sessão que "por motivos pessoais" não participaria do julgamento.

"Essas presidências não de estar ocupadas por pessoas que não tenham contra si a condição de réu. [...] A previsão encerra a ênfase, a importância das casas legislativa e desse tribunal", afirmou Marco Aurélio.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou favorável à restrição. Em agosto, seu parecer colocava que o processo havia perdido o objeto, já que Cunha foram afastado da presidência da Câmara.

"O Legislativo tem que ser presidido por cidadãos que estejam plenamente aptos para exercer todas as funções próprias dessa magna função", afirmou.

Colaborou DÉBORA ÁLVARES

ENTENDA

Julgamento no STF

O que está sendo julgado?

O STF decide se réus em processos na corte podem permanecer em cargos que substituem em algum momento o presidente da República.

Quais são os cargos em questão?

Quando o presidente do país está afastado ou em viagem, quem assume é, nesta ordem: o vice-presidente da República, o presidente da Câmara, o presidente do Senado e o presidente do STF.

Quem pode ser afetado?

Renan Calheiros, presidente do Senado, é o mais ameaçado. Mas seu mandato termina no fim de janeiro e ele ainda não é réu.

Como fica a sucessão na Câmara e no Senado?

Eunício Oliveira (PMDB-CE), candidato no Senado, foi citado por delator Nelson Mello, ex-Hypermarcas, como destinatário de doação de campanha de R\$ 5 milhões. O caso é investigado no STF e ele nega irregularidades.

MAIORIA FORMADA

Quem são os ministros do STF que votaram

contra réus na linha sucessória



Marco Aurélio Mello



Edson Fachin



Rosa Weber



Teori Zavascki



Luiz Fux



Celso de Mello

04 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro aceita denúncia, e Palocci vira réu

Ex-ministro é suspeito de receber propina;
defesa diz não haver 'qualquer fato concreto'

O juiz Sergio Moro aceitou, nesta quinta-feira (3), denúncia contra o ex-ministro petista Antonio Palocci, que virou réu na Operação Lava Jato, sob acusação de corrupção.

O ex-ministro, que está preso em Curitiba, é acusado de receber propina do grupo Odebrecht a fim de defender os interesses da empresa.

A investigação sustenta que planilhas apreendidas pela Polícia Federal apontam que ele solicitou e coordenou o pagamento de R\$ 128 milhões em propina pela Odebrecht. As tabelas são chamadas de "Posição Programa Especial Italiano" —alcunha atribuída a Palocci.

"Há razões fundadas para identificar Antônio Palocci Filho como a pessoa identificada pelo codinome 'Italiano' no Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht", escreveu Moro, no despacho que acatou a denúncia.

O juiz citou como evidências mensagens trocadas entre executivos da Odebrecht e anotações de suas agendas, que fazem menção ao "Italiano" e ao ex-ministro em datas coincidentes.

A denúncia acolhida por Moro trata especificamente do pagamento de US\$ 10 milhões em propina para o casal de publicitários João Santana e Mônica Moura, entre 2011 e 2012. O dinheiro teria vindo de um contrato de sondas da Odebrecht com a Petrobras, em cuja licitação Palocci interferiu, segundo a acusação, para beneficiar a empreiteira.

Também viraram réus Santana, Moura, o empresário Marcelo Odebrecht, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e outras dez pessoas.

Moro destacou, no despacho, que "a avaliação das questões de fato e de direito ora feita se faz em cognição sumária e é meramente provisória", e que não há juízo de valor na decisão.

OUTRO LADO

Em nota, a defesa de Palocci informou que a decisão "não é propriamente uma surpresa", já que Moro tem acolhido todas as peças.

"Não pode haver expectativa de julgamento justo em um tribunal em que não haja juizes, mas só acusadores", diz a nota. Para os defensores, não há "qualquer fato concreto" que incrimine Palocci.

A defesa de Vaccari afirmou que a denúncia é "absolutamente imprópria e se baseia exclusivamente em palavra de delator".

A defesa de Santana disse que "a pressa em produzir denúncias a toque de caixa tem levado a absurdos".

Marcelo Odebrecht e a empresa não se pronunciaram porque negociam delação.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A GRANDE SURPRESA

O envolvimento de Duda Mendonça em mais um episódio irregular de campanha surpreendeu ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) que participaram do julgamento do publicitário no caso do mensalão. Alguns se disseram perplexos pelo fato de ele repetir a dose.

POR POUCO

Um dos magistrados afirmou à coluna que Duda passou “pela fresta” ao ser absolvido no mensalão, já que havia elementos para condená-lo por lavagem de dinheiro. Na época, foi dado a ele o benefício da dúvida de que poderia de fato não saber de onde viriam os recursos que o PT usou para pagar sua campanha.

SERÁ POSSÍVEL?

Outro magistrado diz não ser possível “prejulgar alguém com base em reportagens de jornais”. Mas afirmou que, se confirmado, como revelou a **Folha**, que Duda recebeu recursos da Odebrecht, via caixa dois, pelo marketing da campanha de Paulo Skaf, presidente da Fiesp, ao governo de SP em 2014, será um caso de “burrice”.

NADA SBI

Skaf diz que não conhece o assunto e que considera absurdas informações de que despesas de sua campanha foram pagas com caixa dois. Duda, que já procurou o Ministério Público Federal para negociar delação premiada, não se manifesta.

04 NOV 2016

PAINEL

Água na fervura Alguns ministros consideraram excessivamente rigorosa a medida de retirar do cargo o presidente da Câmara ou do Senado caso se torne réu. A aposta é que o tema demorará a voltar ao plenário do STF.

Na mão Caciques do Congresso levantaram outro porém: a tese torna os titulares desses cargos “reféns” do procurador-geral da República.



Papai Noel Um dos líderes da defesa de Eduardo Cunha na Câmara, Carlos Marun (PMDB-MS) programou uma “visita natalina” ao ex-deputado na prisão. Pretende ir até Curitiba em dezembro.

04 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Vícios no julgamento do Carandiru

MAJOR OLÍMPIO

Tribunal de Justiça de São Paulo cumpriu seu papel ao anular julgamentos do Carandiru. Processo tinha falhas graves insanáveis

Passados 24 anos da rebelião do Carandiru, finalmente tivemos uma decisão técnica e jurídica para fazer justiça aos policiais militares do Estado de São Paulo. O Tribunal de Justiça, com acerto, anulou os julgamentos que condenaram 74 PMs. Detectou na resolução do júri vícios insanáveis.

Por isso, causam repugnância as críticas à decisão dos desembargadores Ivan Sartori, Camilo Léllis e Edison Brandão. Os pseudodefensores dos direitos humanos contestam a anulação, mas nunca escreveram uma linha sequer em defesa das vítimas dos criminosos presos no Carandiru. Muito menos se manifestam em defesa dos policiais mortos por bandidos.

Os fatos são claros no caso Carandiru. Os inquéritos elaborados indicam que, após briga de gangues rivais dentro do presídio, houve confronto generalizado entre os presos. A situação tornou-se incontrolável; o que demandou a atuação da Polícia Militar.

A tropa de choque teve autorização para entrar no pavilhão 9. Foi recebida a tiros, pedaços de pau, pedaços de ferro, facas contaminadas com sangue de portadores de Aids, sacos plásticos contendo urina.

Nessa rebelião, 22 policiais ficaram feridos. Foram apreendidos 13 revólveres, 165 estiletes de ferro, 25 pedaços de ferro, uma marreta de ferro, porções de cocaína e maconha. Dos 111 presos que morreram, 30 foram atacados pelos próprios detentos, o que demonstra a gravidade da situação.

Nesse quadro de mortos e feridos, para que se possa denunciar alguém e submetê-lo a processo e julgamento, deve-se individualizar a conduta. Ou seja, determinar quem agiu,

contra quem, com que instrumento. É necessário ainda fazer perícia do local do fato, das armas, dos possíveis autores e vítimas.

O laudo realizado, no entanto, não pôde afirmar quais armas atiraram. Não foi possível o confronto balístico do caso.

Percebe-se, portanto, que a condenação dos 74 policiais contém vícios sérios e insanáveis, que violam a Constituição Federal, os tratados internacionais de direitos humanos, os princípios do direito penal e processual penal. As condutas não foram individualizadas.

O processo penal não busca a condenação a qualquer custo, mas sim verificar o fundamento da pretensão punitiva —ou seja, se existem provas e elementos suficientes para justificar uma condenação.

O desembargador Ivan Sartori relator do processo, afirmou: “Nós julgadores não podemos nos influenciar pela imprensa ou por quem se diz dos direitos humanos”. Reconheceu que o promotor do caso burlou a lei ao imputar os homicídios aos membros da Polícia Militar. Fez uma denúncia coletiva, sem individualizar as condutas.

Gostaria de ressaltar, ainda, um fato que vivenciei, mais um indício do absurdo desse julgamento.

Pouco antes de morrer, o coronel Luiz Nakaharada, um dos policiais envolvidos na operação, contou-me, muito angustiado: “Na rebelião, eu fiquei o tempo todo com um megafone nas mãos, tentando persuadir os presos a se renderem. No tribunal, porém, alguns detentos disseram que ‘o japonês com cara de general boliviano’ é quem atirava”.

Como condenar alguém nessas circunstâncias, sem nenhuma prova ou perícia?

O Tribunal de Justiça de São Paulo fez seu papel de resgatar a verdade; deve ser aplaudido por isso.

Há falhas graves no processo; portanto, nada mais acertado do que anulá-lo. Só assim os vícios serão corrigidos e, ao final, os policiais serão absolvidos como medida de justiça.

SÉRGIO OLÍMPIO GOMES é deputado federal (SD-SP). Foi oficial da Polícia Militar por 29 anos. Disputou a Prefeitura de São Paulo nas eleições deste ano

04 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça de SP suspende processo de inventário de Dorothea Steinbruch

Fisco paulista cobra imposto; família vai recorrer da decisão

A Justiça paulista decidiu suspender o processo de inventário de uma herança bilionária da família Steinbruch, controladora de empresas como CSN e Vicunha.

O processo aberto com a morte de Dorothea Steinbruch no final ano passado foi suspenso por decisão proferida no dia 25 de outubro pelo juiz José Walter Chacon Cardoso, da 9ª Vara da Família e Sucessões. A informação foi publicada na edição de quinta-feira (2) do jornal "O Estado de S. Paulo".

Trata-se de uma herança estimada em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Como envolve, entre outros bens, ações de empresas da família, o valor pode variar ao longo do tempo.

A suspensão decorre de um pedido feito pela Fazenda paulista, representada pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo.

De acordo com a decisão, o planejamento sucessório da herança foi elaborado de uma forma que evitou o pagamento do ITCMD (Imposto de Transmissão por Causa Mortis ou Doação) que era devido ao Estado.

O valor estimado em impostos giraria em torno de R\$ 60 milhões.

"O planejamento sucessório praticado pela falecida pode, em tese, ter dissimulado outro negócio com o intuito de frustrar a Fazenda Estadual no tocante ao recebimento do tributo", afirma a decisão.

O desvio se deu, ainda conforme a medida, quando as

ações da Rio Purus Participações, da família, foram transferidas no exterior por Dorothea em vida, mas só foram recebidas por seus herdeiros após a morte dela.

Procurado, o escritório Corvo Advogados, que defende a família, não quis se manifestar. A reportagem apurou que a família vai recorrer.

MEDIDAS

A **Folha** apurou que, no processo, a família informa que, em 2008, Dorothea iniciou um planejamento sucessório para garantir o patrimônio nas mãos dos descendentes, evitando que eventuais divórcios ou mortes de filhos fracionassem os bens.

Uma das medidas tomadas por Dorothea, que envolveu transferências no exterior, foi registrada no Banco Central e recolheu IOF, também segundo a argumentação da família no processo.

04 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sérgio Moro destaca papel do empresariado



Guido Bresolin Junior e o juiz Sérgio Moro

O juiz Sérgio Moro disse que os empresários estão menos tolerantes e mais ativos contra a corrupção porque perceberam não só o problema moral, mas os custos que isso traz para o desenvolvimento do País. A afirmação foi feita na palestra de Moro durante a 9ª Reunião do Conselho de Administração da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), na segunda-feira (31), no auditório da Ocepar, em Curitiba. “Quem não conhece um empresário que se recusou a participar de uma licitação pública porque acreditava que era um jogo de cartas marcadas, por achar que teria de pagar propina”, disse ele.

Sérgio Moro destacou o papel do setor privado no combate à corrupção e disse que o trabalho deve ser feito independentemente da iniciativa do poder público. “É importante que a ação dos

empresários seja coletiva no sentido de fazer com que empresas que pagam propina não recebam vantagens competitivas”. E incentivou as entidades do setor produtivo a atuarem no resgate de valores porque, segundo ele, o que muda o país são as instituições mais fortes.

Já o presidente da Faciap, Guido Bresolin Junior, reafirmou os pontos defendidos pela federação por meio do Movimento Brasil Mostra Sua Garra, que são responsabilidade fiscal e econômica do poder público, transparência como arma contra a corrupção, a justiça, cujas demandas não devem agir em favor de interesses particulares, a ética nas relações sociais e o respeito aos cidadãos brasileiros. O presidente da Faciap entregou uma placa, ao final da palestra, ao juiz Sérgio Moro em homenagem ao trabalho feito por ele na Operação Lava Jato.

04 NOV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

STF impede réu de ocupar Presidência da República

Julgamento foi interrompido, mas maioria já votou a favor

Um pedido de vista do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem (3) o julgamento da ação que pretende impedir parlamentares que são réus em ações penais ocupem a presidência da Câmara dos Deputados ou do Senado. Até o momento, há seis votos a favor do impedimento, a maioria dos votantes. Não há data para a retomada do julgamento.

A Corte começou a julgar a ação na qual a Rede Sustentabilidade pede que o Supremo declare que réus não podem fazer parte da linha sucessória da Presidência da República. A ação foi protocolada pelo partido em maio, quando o então presidente da Câmara, ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tornou-se réu em um processo que tramitava no STF. ■

Paulo Roberto deixa tornozeleira eletrônica

A Justiça Federal retirou as tornozeleiras eletrônicas que faziam o monitoramento do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. A retirada do equipamento já estava prevista na sentença como parte da progressão da pena de Costa, após ele ter fechado acordo de delação premiada com a Justiça. Ele foi condenado, em julho de 2015, a 20 anos de prisão por corrupção passiva e la-

vagem de dinheiro, no âmbito da Operação Lava Jato.

O ex-diretor cumpriu o regime semiaberto até o último dia 26 de outubro, no Rio de Janeiro, onde mora.

Com 17 anos de pena pela frente, Costa deve cumprir ainda mais três anos no regime aberto com restrições. Ele está proibido de se mudar e de viajar para o exterior sem autorização judicial e também deve prestar quatro horas semanais de serviços comunitários. ■

Brasil registrou mais de cinco estupros por hora

Mais de cinco pessoas são estupradas por hora no Brasil, mostra o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgado ontem. O país registrou, em 2015, 45.460 casos de estupro, mas o FBSP

alertou que a subnotificação desse tipo de crime é extremamente alta.

Considerando somente os boletins de ocorrência registrados, em 2015 ocorreu um estupro a cada 11 minutos e 33 segundos no Brasil, ou seja, cinco pessoas por hora. O Estado com

o maior número de casos foi São Paulo, que responde por 20,4% dos estupros no país, com 9.265 casos. Roraima foi o Estado com o menor número de estupros registrados (180), 98 casos a menos do que no ano anterior – queda de 35,3%. ■

04 NOV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça determina reintegração de 44 escolas

Grupo que ocupa os locais
está sujeito a multa de R\$ 10 mil

O Governo do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, conseguiu liminar nesta quinta-feira (3), determinando o cumprimento de reintegração de posse do Colégio Estadual do Paraná e estendendo a mesma decisão para outras 43 escolas estaduais que ainda estão invadidas em Curitiba.

O pedido apresentado à Justiça pela Procuradoria do Patrimônio Público salientou que, em relação ao Colégio Estadual do Paraná, havia um acordo de que os estudantes permaneceriam na escola, desde que as outras fossem desocupadas. No entanto, conforme foi demonstrado, a desocupação

voluntária não aconteceu.

Em razão disso, a juíza da 5.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, determinou a reintegração de posse, autorizando o cumprimento do mandado, com todos os efeitos, inclusive a multa diária no valor de R\$ 10 mil, em caso de permanência no local. ■

04 NOV 2016
Folha de São Paulo -
4/11/2016

Lewandowski diz que juízes não devem ter vergonha de pedir aumento

FLÁVIO FERREIRA ENVIADO A
PORTO SEGURO (BA)

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo

Lewandowski defendeu que os juízes do país não tenham vergonha de reivindicar reajustes salariais, ao discursar na abertura do encontro nacional dos magistrados estaduais na noite desta quinta-feira (3) em Porto Seguro (BA).

Ao falar sobre as perdas salariais dos juízes, o ministro do STF disse que "não há vergonha nenhuma nisso, porque os juízes, no fundo, são trabalhadores

CONTINUA

como outros quaisquer, e têm seus vencimentos corroídos pela inflação".

"Condomínio aumenta, IPTU aumenta, a escola aumenta, a gasolina aumenta, o supermercado aumenta, e o salário do juiz não aumenta? E reivindicar é feio? É antissocial isso? Absolutamente, não."

Após aplausos, o ministro completou: "para que possamos prestar um serviço digno, é preciso que tenhamos condições de trabalho dignas e vencimentos condizentes com o valor do serviço que prestamos para a sociedade brasileira".

Lewandowski também defendeu a aprovação da PEC (Projeto de Emenda à Constituição) nº 63/2013, que prevê a criação de um adicional por tempo de serviço aos magistrados.

O ministro do STF também falou sobre temas de filosofia e direito na cerimônia de abertura do 6º Encontro Nacional de

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

04 NOV 2016

Juízes Estaduais, que é realizado a cada três anos pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

O evento deste ano conta com a participação de cerca de 700 juízes e vai até sábado (5).

Nesta sexta (4), o juiz federal Sergio Moro proferirá palestra. A presidente do STF Cármen Lúcia encerrará a programação técnica do encontro no sábado.

A cerimônia de abertura do Enaje na quinta teve show do sambista Diogo Nogueira e a festa de encerramento no sábado à noite será animada pela cantora Ivete Sangalo.

Conheça os candidatos a presidente do TJ-PR e veja por que essa escolha afeta a sua vida

Na mesma data também serão eleitos todos os outros membros da cúpula diretiva do tribunal

- Kamila Mendes Martins

No dia 16 de novembro, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) vão eleger a próxima cúpula diretiva do órgão para um mandato de dois anos. Por mais que não pareça, o resultado da eleição tem grande importância para todos os paranaenses, porque os membros eleitos tomam decisões diárias que afetam não apenas quem trabalha no

Poder Judiciário do estado, mas todos os cidadãos.

A cúpula é composta pelo presidente, pelo 1.º vice-presidente, pelo 2º vice-presidente, pelo corregedor-geral da Justiça e pelo corregedor. Também serão escolhidos os membros que compõem o Conselho da Magistratura, o ouvidor-geral e o ouvidor. Todos os candidatos são desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná.

Funções

O presidente, que é o que possui maior número de atribuições, pode, por exemplo, substituir o governador do estado, em caso de impossibilidade do vice-governador e do presidente da Assembleia Legislativa. Além disso, ele é responsável por gerir o orçamento do órgão, que em 2015 foi de R\$ 1,78 bilhão, autorizar concursos públicos, nomear novos servidores, entre várias outras funções.

Já entre as responsabilidades do 1.º vice-presidente, por exemplo, está “processar e exercer juízo de admissibilidade de recursos para as instâncias superiores e decidir questões sobre eles incidentes”. Ou seja, quando uma pessoa não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça, para que ela seja reanalisada, é necessário interpor um recurso a um tribunal superior, mas quem faz o primeiro exame de admissibilidade desse recurso é o 1.º vice. Se ele não aceitar, os membros dos tribunais superiores nem tomarão conhecimento do recurso.

O 2.º vice-presidente é responsável por coordenar, entre outras tarefas, todo o sistema de juizados especiais do estado. Já o corregedor-geral da Justiça e o corregedor são responsáveis pela inspeção permanente dos magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial (cartórios).

Candidatos a presidente

- Fernando Wolff Bodziak
- Renato Braga Bettega
- Eugênio Achille Grandinetti

O **Justiça & Direito** entrevistou os candidatos a presidente do TJ, principal cargo da cúpula diretiva. As perguntas foram enviadas por e-mail aos quatro desembargadores que estão concorrendo ao cargo. Três deles responderam no prazo combinado e receberam a equipe para uma sessão de fotos.

Os concorrentes ao cargo de chefe do Poder Judiciário do Paraná têm, nesta eleição, ao menos duas características em comum: são todos curitibanos e juízes de carreira do tribunal. Nenhum desembargador oriundo do quinto constitucional pleiteia o cargo de presidente.

Além disso, três fazem parte da atual cúpula diretiva, Renato Braga Bettega é

1.º vice-presidente; Fenando Wolff Bodziak é 2.º vice-presidente e Eugênio Achille Grandinetti é corregedor-geral. O candidato D'Artagnan Serpa Sá até a data da publicação desta reportagem não havia respondido às questões enviadas por e-mail. Confira nos links as entrevistas.

Outros cargos

1.º vice-presidente

Arquelau Araújo Ribas

José Joaquim Guimarães da Costa

Wellington E. Coimbra de Moura

2.º vice-presidente

Lídia Matiko Maejima

Joeci Machado Camargo

Corregedor-geral da Justiça

Robson Marques Cury (atual
corregedor)

Rogério Luis Nielsen Kanayama

José Augusto Gomes Aniceto

Corregedor

Carvílio da Silveira Filho

Hélio Henrique L. Fernandes Lima

Gamaliel Seme Scaff

Mário Helton Jorge

Luis Carlos Xavier

**“É imperioso priorizar o
1.º grau e estar atento às
necessidades do 2.º grau”**

Fernando Wolff Bodziak, 2.º vice-presidente do TJ-PR, desembargador, candidato a presidente do órgão

. Kamila Mendes Martins

Fernando Wolff Bodziak é o mais jovem entre os candidatos, com 53 anos. Formado em Direito pela UFPR, em 1986, foi aprovado em concurso público para carreira da magistratura em janeiro de 1989, tendo atuado em Jacarezinho, Cândido de Abreu, Imbituva, Umuarama, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba.

veja também

. Renato Braga Bettega

- Eugênio Achille Grandinetti
- Conheça os candidatos a presidente do TJ-PR e veja por que essa escolha afeta a sua vida

O magistrado foi nomeado em setembro de 2004 juiz do Tribunal de Alçada, mas, com a extinção do órgão em dezembro do mesmo ano, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Com a aposentadoria da desembargadora Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, Bodziak completou o mandato de 2.^a vice-presidência em 2014, quando foi eleito para o mesmo cargo para um mandato de mais dois anos.

Daniel Castellano/Gazeta do Povo
Ele tem experiência como gestor em outros cargos: já foi diretor administrativo e financeiro e vice-presidente da Associação de Assistência Médico Hospitalar dos Magistrados do Estado do Paraná

(JUDICEMED) e presidente do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ). E é justamente essa experiência que ele pretende levar para a presidência do Tribunal de Justiça. “Como magistrado idealista e com experiência em gestão, acredito na possibilidade de contribuir para melhorar os serviços prestados à população pelo Poder Judiciário, realizando uma gestão transparente, dinâmica, eficiente, coparticipativa, planejada e direcionada aos resultados”, diz.

Quais são as suas principais propostas para o TJ?

Reestruturar administrativamente o TJPR, de acordo com as políticas judiciárias atuais e aplicação das melhores técnicas de gestão pública, conferindo especial enfoque aos recursos humanos, com valorização dos magistrados e servidores, em

busca da melhoria da prestação jurisdicional.

Qual a sua visão sobre a redução de membros do Órgão Especial?

Apesar da existência de respeitáveis opiniões em sentido contrário, entendo ser mais consentâneo com o porte do TJPR manter o número atual de membros do Órgão Especial, sem olvidar da possibilidade de adotar medidas administrativas para assegurar estrutura de pessoal compatível com a demanda do colegiado.

A OAB-PR tem cobrado veementemente melhoria na infraestrutura e na prestação dos serviços do primeiro grau de jurisdição. Como o senhor pretende atender a essa demanda?

É imperioso priorizar o 1.º grau e estar atento às necessidades do 2.º grau, com a realização de concursos

públicos, relotações de servidores, gestão por competências e padronização das operações, entregando à população uma Justiça mais próxima, rápida, fácil e eficiente.

O senhor é favorável à criação das duas novas câmaras cíveis?

Diante da análise demanda/membros do TJPR e da necessidade de priorização de investimentos em situações emergenciais, não encontro razão para criar, no momento, mais duas Câmaras Cíveis, permanecendo aberto a rever meu posicionamento caso estudos justifiquem a criação de tais órgãos julgadores.

Como pretende cumprir as metas do CNJ?

Criando uma controladoria específica, vinculada à Presidência e com suporte da Corregedoria-Geral da Justiça, que monitorará não apenas as metas nacionais anuais do Poder Judiciário,

como também todos os indicadores do Planejamento Estratégico 2015-2020 do TJPR.

Na atual gestão, houve poucas nomeações de servidores aprovados em concursos que ainda estão valendo, caso dos técnicos para o segundo grau de jurisdição e de assessores jurídicos. No demonstrativo de cargos do tribunal, apenas para o cargo de técnico há mais de 400 vagas, isso sem falar nas dezenas de aposentadorias que ocorreram desde 2013 para cá. Sabe-se também que há muitos estagiários no tribunal. O senhor pretende chamar mais candidatos aprovados para suprir essa demanda?

Somente poderei chamar mais candidatos dos concursos anteriores se não houver expirado sua validade. Em havendo disponibilidade financeira até a data do chamamento, realizarei todas

as nomeações. Meu principal foco é uma força de trabalho em número suficiente e com ótima qualificação.

Há perspectivas de novos concursos públicos principalmente para o primeiro grau, já que há a necessidade clara de contratação de novos servidores para atendimento ao público?

Sim. Em havendo disponibilidade financeira, almejo realizar todos os concursos públicos necessários, tanto para magistrados quanto para servidores. Mas pretendo ir além. Com uma gestão eficiente de recursos humanos, creio ser plenamente possível produzir ainda mais com o mesmo efetivo.

No início do ano, a Associação dos Magistrados do Paraná enviou um requerimento à presidência do tribunal com 20 pedidos de juízes substitutos e de entrância inicial. Entre eles, há reclamação de falta de

**estrutura de trabalho para juízes em
começo de carreira e sobre a
qualidade das notícias divulgadas
no site do TJ. O que o senhor
pretende fazer a respeito?**

Com a gestão por Coordenadorias Regionais haverá mais efetividade e celeridade na solução das demandas nas unidades judiciárias do estado, em especial no tocante aos recursos materiais. Concordo com os juízes quanto ao site. Criaremos o Departamento de Comunicação Social para solucionar isso.

Por que o senhor acredita que deve ser escolhido como o novo presidente do TJ?

Como magistrado idealista e com experiência em gestão, acredito na possibilidade de contribuir para melhorar os serviços prestados à população pelo Poder Judiciário, realizando uma gestão transparente,

dinâmica, eficiente, coparticipativa, planejada e direcionada aos resultados.

Como vai ser seu relacionamento com a imprensa?

O melhor possível. Valorizo a atuação dos veículos de imprensa e da mídia como um todo. É fundamental para o Poder Judiciário manter uma interlocução mais frequente e harmônica com toda a sociedade, e, para tanto, nada melhor do que fazê-lo também por meio da imprensa.

**“A priorização do 1.º grau
não significa deixar de
investir no 2.º grau”**

Renato Braga Bettega, 1.º vice-presidente do TJ-PR, desembargador, candidato a presidente do órgão

. Kamila Mendes Martins

O desembargador Renato Braga Bettega completa no próximo domingo 68 anos, sendo 36 dedicados à magistratura. Ele já atuou em várias comarcas de diferentes regiões do Paraná, entre elas Paranaguá, Capanema, Foz do Iguaçu, Rio Negro e Curitiba. Em 2007, o curitibano foi promovido a desembargador do TJ.

veja também

. Eugênio Achille Grandinetti

- Fernando Wolff Bodziak
- Conheça os candidatos a presidente do TJ-PR e veja por que essa escolha afeta a sua vida

Formado em direito pela PUCPR, em 1972, Bettega também é bacharel em Administração de Empresas pela FAE (1977) e mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal).

O magistrado, assim como outros dois candidatos, é membro da atual cúpula diretiva do tribunal. Ele assumiu a 1ª vice-presidência no dia 2 de fevereiro de 2015 para o biênio 2015/2016.

Daniel Castellano/Gazeta do Povo

Agora, Bettega pretende usar seus 27 anos de experiência como juiz de 1.º grau e os dois anos à frente da 1.ª vice-presidência para ser presidente do Tribunal de Justiça. “Durante meus 36 anos de carreira, vivenciei os

problemas das pessoas que mantêm no Poder Judiciário a esperança da concretização de seus direitos, principalmente os mais humildes. A experiência na administração judiciária, que adquiri como 1º Vice-Presidente e nas substituições junto à Presidência, motivam-me a postular, com firmeza de propósitos, a Presidência de nosso tribunal”, diz.

Quais são as suas principais propostas para o TJ?

Uma administração participativa, integrada e eficiente com implantação de um sistema de gestão de pessoas por competências, envidando esforços para manutenção das conquistas orçamentárias que garantam recursos suficientes à prestação de um serviço digno e eficiente ao jurisdicionado. Ainda, priorizar os investimentos em informática e acessibilidade, valorizar magistrados e servidores ativos e aposentados.

Qual a sua visão sobre a redução de membros do Órgão Especial?

Existe proposta de alteração regimental nesse sentido a ser oportunamente apreciada pelo Tribunal Pleno, em que todos os desembargadores debaterão exaustivamente a questão, exigindo o tema uma reflexão profunda, uma vez que há posições favoráveis e contrárias, com a certeza de que nesse processo democrático a melhor solução certamente será encontrada.

A OAB-PR tem cobrado veementemente melhoria na infraestrutura e na prestação dos serviços do primeiro grau de jurisdição. Como o senhor pretende atender a essa demanda?

É imperiosa a necessidade de melhorias em infraestrutura e na prestação de serviços de primeiro grau. É preciso novos investimentos a fim de aperfeiçoar os processos de trabalho, racionalizar e otimizar a tecnologia da

informação como instrumento laboral e adotar medidas que forneçam a adequada prestação jurisdicional.

O senhor é favorável à criação das duas novas Câmaras Cíveis?

A priorização do 1.º grau não significa deixar de investir no 2.º grau. O 1.º grau bem estruturado implica o aumento do número de recursos, e o processo deve ser célere em ambas as instâncias, pois ao jurisdicionado importa a concretização de seu direito. Essa decisão será tomada de forma compartilhada pelos membros deste tribunal, a partir de um debate democrático e transparente.

Como pretende cumprir as metas do CNJ?

O cumprimento das metas depende de um sistema de governança integrado e eficaz, exigindo esforço concentrado de todos os setores, respeitando o Planejamento Estratégico Plurianual

2015/2020, atrelado aos macro desafios e à Estratégia Judiciário 2020 do CNJ.

Na atual gestão, houve poucas nomeações de servidores aprovados em concursos que ainda estão valendo, caso dos técnicos para o segundo grau de jurisdição e de assessores jurídicos. No demonstrativo de cargos do tribunal, apenas para o cargo de técnico há mais de 400 vagas, isso sem falar nas dezenas de aposentadorias que ocorreram desde 2013 para cá. Sabe-se também que há muitos estagiários no tribunal. O senhor pretende chamar mais candidatos aprovados para suprir essa demanda?

A nomeação de novos servidores é medida necessária e se efetivará mediante a execução de um planejamento centrado em modelo de investimento gradual e equilibrado,

evitando soluções descontinuadas, respeitando as melhores estratégias de gestão de recursos humanos e a capacidade orçamentária do tribunal.

Há perspectivas de novos concursos públicos principalmente para o primeiro grau, já que há a necessidade clara de contratação de novos servidores para atendimento ao público?

Hoje há 402 cargos a serem preenchidos em primeiro grau, e a abertura de concurso se faz necessária. A equânime distribuição da força de trabalho será estabelecida a partir dos estudos sobre as adaptações e ajustes no Decreto 2310/2014 [que versa sobre a estruturação da força de trabalho no primeiro grau de jurisdição] e anexos, bem como da revisão dos atos normativos do CNJ que tratam dos procedimentos de gestão de pessoas e recursos (Portaria 139/2016-CNJ).

No início do ano, a Associação dos Magistrados do Paraná enviou um requerimento à presidência do tribunal com 20 pedidos de juízes substitutos e de entrância inicial. Entre eles, há reclamação de falta de estrutura de trabalho para juízes em começo de carreira e sobre a qualidade das notícias divulgadas no site do TJ. O que o senhor pretende fazer a respeito?

A comunicação, interna e externa, será uma das prioridades da gestão administrativa do tribunal. O site deve servir como meio de divulgação institucional das boas práticas e das decisões do judiciário paranaense. A estrutura de gabinete de todo magistrado, novo ou mais antigo, deve ser equivalente e condizente com sua carga de trabalho.

Por que o senhor acredita que deve ser escolhido como o novo presidente do TJ?

Durante meus 36 anos de carreira, dos quais 27 em 1.º grau, vivenciei os problemas das pessoas que mantêm no Poder Judiciário a esperança da concretização de seus direitos, principalmente os mais humildes. A experiência na administração judiciária, que adquiri como 1.º vice-presidente e nas substituições junto à Presidência, motivam-me a postular, com firmeza de propósitos, a Presidência de nosso tribunal.

Como vai ser o seu relacionamento com a imprensa?

Será pautado antes de tudo pelo princípio da transparência. É imposição constitucional de toda a magistratura prestar contas à sociedade, salvo as hipóteses que tramitam em segredo de justiça. Sem imprensa livre não há democracia. É preciso estabelecer um canal aberto, franco e permanente entre judiciário e imprensa, sistema em que todos ganham. principalmente a sociedade.

GAZETA DO POVO 04 NOV 2016

ELEIÇÃO NO TJ-PR

“A realização de concurso para servidores de 1.º grau é medida que se impõe”

**Eugênio Achille
Grandinetti, corregedor-
geral da Justiça do TJ-
PR, desembargador,
candidato a presidente
do órgão**

Prestes a completar 65 anos, o desembargador Eugênio Achille Grandinetti, que já foi corregedor e atualmente é corregedor-geral da Justiça, agora que usar sua experiência para se tornar presidente do TJ-PR.

“Como corregedor, vivenciei a

realidade das unidades judiciais de todo o estado”, conta. Formado em Direito pela UFPR, em 1975, o curitibano exerceu a advocacia por 5 anos antes de se tornar juiz. Como magistrado ele passou pela Lapa, Campo Largo, Prudentópolis, Curitiba e outras cidades do estado.

Grandinetti foi nomeado em de abril de 2002 juiz do Tribunal de Alçada e, em dezembro de 2004, com a extinção do órgão, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

“Ao longo dessa experiência [como corregedor], pude entender que a administração de nosso tribunal há que se profissionalizar, mantendo foco nas soluções, muito mais do que nos problemas, buscando a modernização de nossas ferramentas e estruturas, bem como a qualificação e a capacitação de nossa força de

trabalho. Sinto-me, portanto, preparado para esse desafio”, diz.

Quais são as suas principais propostas para o TJ?

Atuar imediatamente na correção das distorções que estão impedindo a eficiência na prestação jurisdicional, especialmente no aperfeiçoamento da virtualização dos processos, na profissionalização e racionalização da gestão de recursos humanos, e na padronização das rotinas de trabalho em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Qual a sua visão sobre a redução de membros do Órgão Especial?

A redução de membros do Órgão Especial é um tema interno polêmico, com relevantes argumentos, tanto contrários à medida, quanto favoráveis a ela. No entanto, neste momento, entendo ser uma questão superada, visto que foi retirada de pauta pelo atual presidente do Tribunal.

A OAB-PR tem cobrado veementemente melhoria na infraestrutura e na prestação dos serviços do primeiro grau de jurisdição. Como o senhor pretende atender a essa demanda?

Como corregedor, vivenciei a realidade das unidades judiciais de todo o estado. A digitalização dos processos é uma realidade no Poder Judiciário paranaense. E os resultados dessa transformação nos últimos 2 anos foram tão expressivos que se fazem necessárias alterações nas políticas de administração judiciária na mesma proporção. O PGI (Programa de Gestão Integrada) servirá de base para a tomada de decisões de todo o Poder Judiciário do Paraná e trará reflexos de melhoria nas condições de trabalho do 1.º grau, com racionalização das rotinas de trabalho e melhor aproveitamento de recursos, o que tem consequência direta na eficiência do serviço prestado a quem busca justiça.

O senhor é favorável à criação das duas novas câmaras cíveis?

Este é um ponto sensível da administração. O volume de distribuição das Câmaras Cíveis aumentou exponencialmente nos últimos anos e a atual situação não é ideal. Nem para partes e advogados, nem para o tribunal, que se preocupa em prestar a jurisdição de forma mais eficiente. Por outro lado, nossas ações devem ser pautadas por transparência e responsabilidade e, em momento econômico tão delicado, não podemos descuidar do equilíbrio financeiro. Desse modo, a instalação de novas Câmaras Cíveis deverá ser avaliada com vistas a atender o interesse público.

Como pretende cumprir as metas do CNJ?

As metas pertinentes à Justiça estadual para 2017 ainda não foram aprovadas, de sorte que ainda não é possível traçar plano de ação específico. Já fui

gestor das Metas 1 e 2 de 2014, das Metas 1, 2, 4 e 6 de 2015 e das Metas 1, 2, 4, 5 e 6 de 2016, implementando nova sistemática de acompanhamento, apoiada em medições estatísticas e monitoramento mais frequente de resultados parciais, o que tem surtido bons efeitos. Mas é justo reconhecer que o bom desempenho que temos nas metas é, acima de tudo, fruto da dedicação e do trabalho árduo dos desembargadores, juízes e servidores de nosso tribunal.

Na atual gestão, houve poucas nomeações de servidores aprovados em concursos que ainda estão valendo, caso dos técnicos para o segundo grau de jurisdição e de assessores jurídicos. No demonstrativo de cargos do tribunal, apenas para o cargo de técnico há mais de 400 vagas, isso sem falar nas dezenas de aposentadorias que ocorreram desde 2013 para cá. Sabe-

se também que há muitos estagiários no tribunal. O senhor pretende chamar mais candidatos aprovados para suprir essa demanda?

A presente questão está intimamente entrelaçada com a seguinte. Assim, peço licença para respondê-las em conjunto.

Há perspectivas de novos concursos públicos principalmente para o primeiro grau, já que há a necessidade clara de contratação de novos servidores para atendimento ao público?

A realização de concurso para servidores de 1.º grau é medida que se impõe, dado o grande número de aposentadorias, evidentemente sem descuidar da disponibilidade financeira. Além disso, é preciso recompor o quadro de magistrados do estado, mediante a realização de concurso para ingresso na carreira da

Magistratura. Não obstante, é de conhecimento de todos que as nomeações passam pela necessidade prévia de existência de recursos para fazer frente aos novos ingressos, vez que o tribunal não mais se desonera do pagamento de servidores que se aposentam.

No início do ano, a Associação dos Magistrados do Paraná enviou requerimento à presidência do tribunal com 20 pedidos de juízes substitutos e de entrância inicial. Entre eles, há reclamação de falta de estrutura de trabalho para juízes em começo de carreira e sobre a qualidade das notícias divulgadas no site do TJ. O que o senhor pretende fazer a respeito?

Atualmente, é disponibilizado aos juízes em primeiro grau pelo menos um assessor comissionado e mais dois estagiários. Contudo, o número de novas ações vem crescendo, sendo

necessário reequilibrar a força de trabalho. Quanto ao portal do TJ, proponho toda uma reestruturação da comunicação institucional, com modernização da abordagem de comunicação social interna e externa, buscando maior transparência, efetividade e aproximação do tribunal com a imprensa, com o cidadão e também com nossos colaboradores.

Por que o senhor acredita que deve ser escolhido como o novo presidente do TJ?

Atuando junto à Corregedoria-Geral da Justiça, conheci a fundo as inúmeras qualidades de nossos magistrados e servidores, e também as dificuldades que enfrentamos na prestação dos serviços aos jurisdicionados. Ao longo dessa experiência, pude entender que a administração de nosso tribunal há que se profissionalizar, mantendo foco nas soluções, muito mais do que nos problemas, buscando a modernização

de nossas ferramentas e estruturas, bem como a qualificação e a capacitação de nossa força de trabalho. Sinto-me, portanto, preparado para esse desafio.

Como vai ser seu relacionamento com a imprensa?

Ao longo desses quase 36 anos de carreira como magistrado minha postura sempre foi buscar o diálogo franco e aberto, promover um relacionamento conciliador e sempre defender meu posicionamento com tranquilidade e serenidade. Em minha atuação jurisdicional, sempre defendi a liberdade de informação, como corolário do Estado Democrático de Direito, prevalecendo, por regra, o interesse público na divulgação de fatos, atos e, também, na exposição de críticas sem conteúdo deliberadamente abusivo ou difamatório.